

PRODUÇÃO ORGÂNICA: uma experiência em rede na região de Marechal Cândido Rondon-PR

Andresse Biesdorf *
Rúbia Nara Rinaldi**
Simone Schmoeller Viapiana***

RESUMO

Este trabalho busca caracterizar as especificidades da produção orgânica e do processo de certificação participativa. Metodologicamente, optou-se pelo estudo de caso a partir do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), na região oeste do Paraná, e do seu processo de certificação participativa. Foram feitas entrevistas estruturadas com os gestores e técnicos do CAPA e com uma amostra de 25 produtores envolvidos na rede. Tais entrevistas permitiram verificar que a agricultura orgânica tornou-se uma prática que transforma a vida das pessoas envolvidas, pois, para que ocorra a conversão do cultivo tradicional para o orgânico, inicialmente deve ocorrer uma mudança comportamental, o que é estimulado por meio de reuniões, encontros e trocas de experiências. Pode-se observar que a melhoria da qualidade de vida tem sido um dos principais motivos que levaram os produtores a adotarem a conversão, na área de abrangência deste estudo.

Palavras-chaves: Sustentabilidade da pequena produção. Certificação participativa. Cultivo orgânico.

ABSTRACT

The objective of this study is to characterize the specificities of the organic production and the participative certification process. Methodologically, we have chosen a case study of the Center for Support to Small Farmers (CAPA), in Western Parana, and its participative certification process. Structured interviews were conducted with managers and technicians of the CAPA, as well as with a sample of 25 farmers involved in the network. These interviews allowed us to verify that organic farming has been responsible for important changes in the lives of the involved people. We could identify a behavioral change as a result of this conversion, stimulated by constant meetings and exchanges of experiences. It could be observed that the improvement of the life quality has been one of the major reasons that encouraged the producers to adopt this conversion in the regions covered by this study.

Keywords: Small farmer sustainability. Participative certification. Organic farming.

* Economista pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: maninhabiesdorf@hotmail.com

** Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professora Adjunta da UNIOESTE - Campus de Toledo, atuando no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional e Agronegócio. E-mail: rubiarinaldi@yahoo.com.br

*** Graduada em Tecnologia em Alimentos pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócios pela UNIOESTE. E-mail: simoneschmoeller@yahoo.com.br

Artigo recebido para publicação em dezembro/2010. Aceito para publicação em agosto/2011.

INTRODUÇÃO

De acordo com Augusto e Sachuk (2007), a agricultura familiar tem um importante papel no processo de crescimento econômico de um país, seja pela sua importância no emprego de recursos, seja pela geração de renda que proporciona.

Dados do Censo Agropecuário 2006, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelam que a agricultura familiar brasileira emprega quase 75% da mão de obra no campo e tem grande responsabilidade pela segurança alimentar dos brasileiros, produzindo 70% do feijão, 87% da mandioca e 58% do leite consumido no País. Foram identificados 4.367.902 estabelecimentos de agricultura familiar, que representam 84,4% do total (5.175.489 estabelecimentos) mas ocupam apenas 24,3% (ou 80,25 milhões de hectares) da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros (IBGE, 2007).

Entretanto, devido a uma série de fatores que se estruturaram a partir de 1990, como o processo de abertura do mercado doméstico e a consequente intensificação da competitividade por ganhos de escala frente à concorrência internacional, observam-se profundas mudanças nas formas de intermediação entre a produção familiar e o mercado, cujo acesso agora exige maior autonomia e capacidades próprias por parte dos agricultores (WILKINSON, 2008). As pequenas propriedades rurais ficaram efetivamente vulneráveis a essa dinâmica, gerando a exclusão social no campo, que segue para os centros urbanos, comprometendo a qualidade de vida dessas regiões. Por dispor de acesso restrito a políticas públicas de fomento à produção e por estarem voltados à produção de alimentos básicos, os agricultores familiares tiveram que diversificar sua produção e desenvolver novas formas de comercialização desta.

Paralelamente, verifica-se o surgimento de um mercado consumidor exigente, que demanda produtos orgânicos, certificados, com selos, ou ainda produtos artesanais, entre outros, que poderiam oferecer novas oportunidades de inserção da agricultura familiar. Porém, as exigências destes novos mercados, em termos tecnológicos e mercadológicos, ainda representam barreiras aos agricultores tradicionais (WILKINSON, 2008). A agricultura familiar precisa alcançar um novo patamar, tanto em termos de qualidade como de escala, o que exige novas formas de inovação organizacional de ações coletivas e incorporação de novas tecnologias e práticas agrícolas.

Diante dessa nova perspectiva, o interesse do presente estudo é a produção de orgânicos, um dos ramos do setor alimentício mundial de maior crescimento, o qual se encontra difundido em mais de 142 países (BRANCHER, 2004; FARINA; MACHADO, 2000). Em termos de vendas, num período de dez anos a expansão mundial do produto passou de 3,6 bilhões de dólares, em 1997, para 46,1 bilhões, em 2007 (WILLER; KILCHER, 2011). A maior preocupação do consumidor com a saúde, a qualidade dos produtos e a conservação do meio ambiente expandiu sobremaneira o mercado de produtos orgânicos.

Um dos fatores fundamentais para a ampliação da produção e comercialização dos orgânicos é a certificação, responsável pela credibilidade deste tipo de produto, a

qual inclui uma série de procedimentos estabelecidos e acordados entre agricultores, compradores de produtos agropecuários, comerciantes e consumidores, garantindo que os produtos foram produzidos de uma forma orgânica.

Duas formas de certificação têm dominado o cenário de produção orgânica no País: a certificação auditada, que utiliza uma terceira parte isenta e de credibilidade entre produtores, comerciantes e consumidores, e que estabelece a garantia de que os produtos respeitaram procedimentos orgânicos até chegarem ao consumidor final, prática já consolidada mundialmente; e a certificação participativa, prática mais recente e em plena evolução, baseada na construção de redes de credibilidade que envolvem agricultores, consumidores e comerciantes, estabelecendo a confiança necessária entre as partes para que a comercialização aconteça. Caracterizar as especificidades da produção orgânica e os reflexos da certificação a partir dessas redes participativas, especificamente do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, na região oeste do Paraná, é o objetivo deste estudo.

Este artigo divide-se em três seções, além desta breve introdução. Na sequência são discutidos alguns elementos teóricos que dão respaldo ao trabalho, ou mais especificamente as particularidades da agricultura familiar e da agricultura orgânica como alternativa de diferenciação para a agricultura familiar, e a certificação em si. São apresentadas ainda algumas características da Rede Ecovida e do CAPA, objeto desta pesquisa, bem como a metodologia utilizada. Na segunda parte tem-se a análise dos resultados e, finalmente, as principais conclusões do estudo.

1 REVISÃO TEÓRICA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

1.1 PARTICULARIDADES DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

A agricultura familiar ganhou importância no desenvolvimento brasileiro e tem sido impulsionada por debates sobre desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento local (BATALHA, 2005).

Souza Filho e Batalha (2005) destacam que a agricultura familiar brasileira é extremamente diversificada, incluindo tanto famílias que vivem e exploram minifúndios para a subsistência, como produtores inseridos no moderno agronegócio e que buscam o aumento da renda por vezes superior àquela que define a linha de pobreza.

Ressaltam-se aqui alguns elementos importantes que caracterizam os agricultores familiares. Segundo a Lei n.º 11.326, de 24 de julho de 2006, é considerado agricultor familiar o agente que atua no meio rural e que se encaixa nas seguintes características:

- [...] I - não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento;
- III - tenha renda familiar predominantemente originada das atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família [...]. (BRASIL, 2006, p.1).

Além desses quatro itens, Nazareno, Cintra e Banzotti (2009, p.4) citam as seguintes características do agricultor familiar: “a) o patrimônio e os ativos são objetos de transferência intergeracionais no interior da família; b) os membros da família vivem na unidade familiar”.

Ainda segundo Guanziroli *et al.* (2001), o universo familiar é caracterizado por estabelecimentos em que o trabalho familiar é superior ao trabalho contratado e onde o gerenciamento da propriedade é desempenhado pelo produtor. Não há limites territoriais na caracterização da agricultura familiar, e as áreas são proporcionais à capacidade de exploração dos agricultores. Verifica-se que a ideia dos autores difere da Lei nº 11.326 em um aspecto, aquele que afirma que não existem limites territoriais na caracterização da propriedade familiar, sendo que o inciso I estabelece tal item como pré-requisito básico.

Porém, mesmo com a diversidade de produtos oriundos da produção familiar, observa-se que atualmente um dos grandes obstáculos à atividade deste agricultor é a comercialização dos seus produtos. A comercialização dos alimentos oriundos da agricultura familiar tem sido dificultada pela forte concorrência enfrentada com as *commodities*, estimuladas pelo rápido crescimento do agronegócio.

Nesse sentido, Wilkinson (2008, p.202) ressalta as contradições existentes entre “a policultura da agricultura familiar contra a monocultura dos agronegócios, e o papel da agricultura familiar como abastecedor da cesta básica em oposição ao viés exportador dos agronegócios”. Ao mesmo tempo, destaca o pouco uso de insumos externos contra o modelo químico dos convencionais, bem como a competitividade em custos de um modelo que otimiza o potencial de terra e do trabalho marginal contra o modelo de especialização dos agronegócios.

Wilkinson (2008, p.15) observa também que “para que a agricultura familiar mantenha-se nas grandes cadeias de *commodities* ela precisa alcançar novos níveis de qualidade e novas escalas de produção” e desenvolver iniciativas e capacidades próprias que abram alternativas às formas tradicionais de intermediação dos mercados através da figura do atravessador.

Esse papel de atravessador é desenvolvido pelos canais de comercialização ou distribuição, pois, além de satisfazer à demanda, exerce o papel fundamental de estimulá-la (SOUZA FILHO; BATALHA, 2005).

A discussão acadêmica acerca da agricultura familiar tem avançado bastante nos últimos anos, especificamente no que se refere à caracterização destes canais de comercialização, das novas formas de intermediação e mesmo sobre as dificuldades da construção dos arranjos distributivos. Entretanto, para atender a um consumidor cada vez mais exigente e informado, é necessário agregar valor aos produtos oriundos da produção familiar, e uma das práticas que vem ganhando força no Brasil é a produção orgânica.

1.2 AGRICULTURA ORGÂNICA: alternativa de diferenciação para a agricultura familiar

Ao discutir as principais tendências observadas com relação à agricultura familiar na década de 1990, Wilkinson (2008) destaca o surgimento de “muitos novos mercados de nicho e, inclusive, de mercados de maior abrangência potencial (orgânicos)¹, que podem oferecer novas oportunidades de inserção da agricultura familiar”. Da mesma forma, ressalta o aumento das críticas ao modelo convencional de agricultura, principalmente na ótica do meio ambiente, de resíduos químicos, da defesa dos animais ou da especialização dos processos produtivos. Para o autor, tais pressões colocam a agricultura familiar em uma posição privilegiada para aproveitar o novo mercado de orgânicos em rápida expansão.

A agricultura orgânica, assim, pode ser vista como uma forma de diferenciação para o agricultor familiar, que poderia agregar valor a sua produção. De acordo com a Lei 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica:

Art. 1.º Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente (BRASIL, Art. 1.º da Lei 10.831, de 23 de dezembro de 2003).

Para que de fato a agricultura seja orgânica, é necessário realizar um processo de conversão, ou seja, durante um determinado período o uso de fertilizantes é suspenso e a terra deve ser trabalhada até que o solo esteja livre de produtos químicos e a quantidade de nutrientes atinja um nível adequado, sendo que este procedimento precisa ser certificado (MELLO, 2004).

Observa-se ainda que, estrutural e funcionalmente falando, a agricultura orgânica em larga escala não muda de forma significativa em relação à convencional. A maior diferença refere-se ao fato de que a agricultura orgânica evita o uso de fertilizantes químicos e pesticidas em seus sistemas, ao passo que a agricultura convencional usa tais insumos extensivamente (ALTIERI; NICHOLLS, 2003).

Esse aspecto também é mencionado por Wilkinson (2008), quando comenta o pouco uso de insumos externos na agricultura orgânica em relação ao modelo químico da agricultura convencional, bem como a competitividade em custos de

¹ Esta terminologia é adotada por Jonh Wilkinson em *Mercados, Redes e Valores: o novo mundo da agricultura familiar* (2008, p.14).

um modelo que otimiza o potencial da terra e do trabalho marginal contra o modelo de especialização do tradicional. Com relação aos orgânicos, ocorre ainda uma grande diferenciação na produção devido ao cultivo de culturas sazonais, que produzem apenas em um determinado período ou estação do ano. O retorno econômico é de longo ou médio prazo, pois o investimento para que se possa produzir é baixo, necessitando principalmente de trabalho manual, com presença de pouco fator tecnológico.

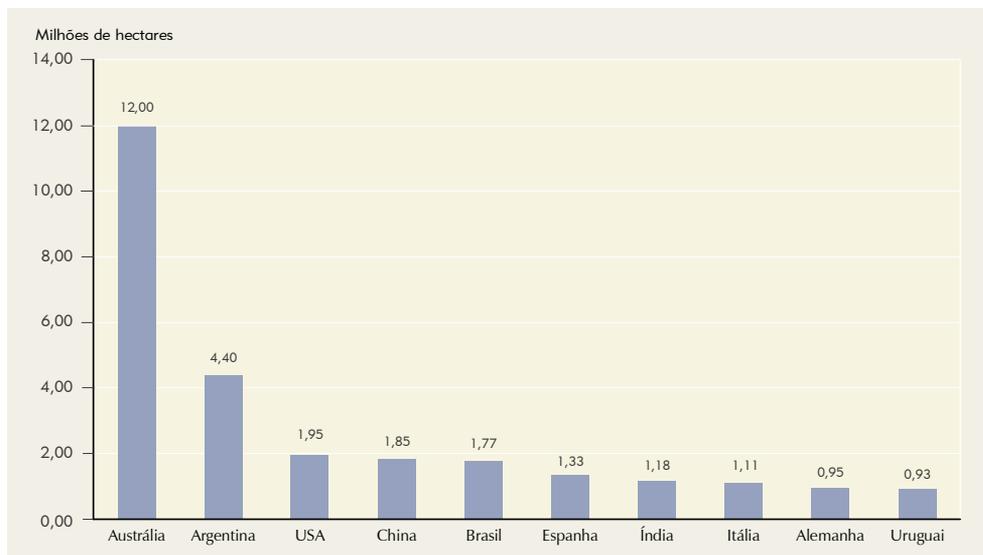
Um dos aspectos atrativos da agricultura orgânica é a produção de alimentos com alto valor agregado em virtude da ausência de resíduos químicos, o que tem levado pequenos agricultores a optar pela produção de orgânicos, uma vez que esta se mostra uma alternativa favorável “na medida em que os produtos obtidos possuem atributos de qualidade bastante valorizados pelos consumidores, como ausência de resíduos químicos e de externalidades negativas ao meio ambiente decorrentes do processo produtivo” (BATALHA, 2005, p.271).

Além disso, esse sistema de produção se ajusta às características da propriedade agrícola familiar, sobretudo para o cultivo de hortaliças, com a utilização intensiva de recursos humanos e a não utilização de insumos químicos, requisitos básicos dos sistemas orgânicos de produção (BATALHA, 2005).

Atualmente o Brasil integra os cinco maiores países que cultivam alimentos orgânicos, como se observa no gráfico 1, com uma área de produção de 1,77 milhões de hectares.

Com relação ao número de produtores, os dados apresentados no Censo Agropecuário do IBGE (2007) mostram a existência de 90 mil produtores orgânicos, número muito superior à estimativa anterior, que era de 15 mil produtores (tabela 1).

GRÁFICO 1 - OS DEZ PAÍSES COM MAIOR ÁREA DE PRODUÇÃO ORGÂNICA MUNDIAL - 2009



FONTE: Willer e Kilcher (2011), com base em dados governamentais

TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS PRODUTORES DE ORGÂNICOS, SEGUNDO OS GRUPOS DA ATIVIDADE ECONÔMICA - BRASIL - 2006

GRUPOS DA ATIVIDADE ECONÔMICA	DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS PRODUTORES ORGÂNICOS	
	Abs.	%
Produção de lavouras temporárias	30.168	33,34
Horticultura e floricultura	8.900	9,83
Produção de lavouras permanentes	9.557	10,56
Produção de sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	52	0,06
Pecuária e criação de outros animais	38.014	42,01
Produção florestal – florestas plantadas	1.638	1,81
Produção florestal – florestas nativas	1.644	1,82
Pesca	153	0,17
Aquicultura	371	0,41
TOTAL	90.497	100

FONTE: IBGE (2007) - Censo Agropecuário 2006

Os principais produtos orgânicos produzidos no Brasil, no setor das frutíferas, de acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, foram: goiaba, mamão, manga, maracujá, banana, uva, morango e cítrus. Já entre as olerícolas, destacam-se: alface, couve, tomate, cenoura, agrião e beringela. Entre as principais culturas estão a do arroz, soja, milho, trigo, mandioca, café, cacau e cana-de-açúcar; na produção animal têm-se a carne (bovinos e suínos), aves, leite, ovos, peixes e mel e, por fim, o extrativismo, tendo como destaque o palmito, castanha do Pará, castanha de caju, açai e babaçu (BRASIL, 2006).

Outro aspecto a ser discutido diz respeito às alterações nos hábitos de consumo e no estilo de vida da população, que estimulam a diversificação do segmento de hortícolas (BATALHA, 2005). Percebe-se uma possibilidade de atuação neste setor, já que há “maior consciência das populações sobre a importância da seleção de alimentos saudáveis na prevenção de doenças e na melhoria da qualidade de vida” (AUGUSTO; SACHUK, 2007, p.12). Vários estudos têm demonstrado esta tendência, de um consumidor mais seletivo e preocupado com a saúde, fazendo aumentar a busca por alimentos funcionais ou naturais, dando-se preferência a alimentos adquiridos diretamente do agricultor e rejeitando-se os industrializados (WILKINSON *et al.*, *apud* SILVEIRA, 2009).

Apesar desta tendência, não existe ainda um consenso quanto à questão do preço do produto orgânico, o que muitas vezes é apontado como uma importante barreira ao aumento do consumo, principalmente entre as classes de menor poder aquisitivo.

Se, por um lado, estudos indicam a dificuldade de algumas classes em ampliarem a cesta de produtos hortifrutigranjeiros e, mais ainda, os orgânicos, de preço pouco acessível a uma grande maioria da população, outras pesquisas já mostram que apesar de alguns consumidores considerarem os produtos orgânicos mais caros que os da agricultura convencional, “já se percebe a disposição dos consumidores pagarem de 25% a 30% a mais por produtos que tenham, comprova-

damente, através de selos ambientais ou orgânicos, as características de sanidade e segurança [...]” (GIORDANO *apud* AUGUSTO; SACHUK, 2007, p.13).

É importante comentar também que a assimetria de informação nos pontos de venda pode levar a que o consumidor fique pouco esclarecido sobre as técnicas de produção orgânica e seus benefícios ambientais, e, assim, “poucos têm uma clara ideia sobre o real significado do termo orgânico” (BATALHA, 2005, p.285). Além disso, os principais atributos de qualidade dos produtos orgânicos, a saber, a ausência de resíduos agrotóxicos e a presença de externalidades positivas ao meio ambiente não são observáveis no momento da compra, podendo facilitar ações oportunistas por parte dos vendedores (SOUZA *apud* BATALHA, 2005, p.278).

O consumidor pode substituir um produto de qualidade superior, que obedece a determinado padrão de qualidade, por outro de qualidade inferior, por não conseguir diferenciá-lo, o que geralmente ocorre em um mercado não regulado, com padrões não reconhecidos pelas partes (BATALHA, 2005). Essa situação gerou a necessidade de oferecer ao consumidor informações quanto à qualidade dos produtos. Neste contexto, a certificação representa um instrumento importante para a redução da assimetria de informações entre consumidor e vendedor, ou entre o consumidor e o produtor rural.

A certificação do fornecedor, bem como a credibilidade dos órgãos certificadores, têm grande relevância neste mercado no sentido de aumentar a confiança dos consumidores, oferecendo-lhes informações objetivas sobre os produtos orgânicos e estimulando a própria coordenação da cadeia.

1.3 CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS ORGÂNICOS

Os movimentos de certificação com o intuito de diferenciar produtos e produtores agrícolas tiveram origem em países ricos, sendo a Europa o continente onde surgiram e se desenvolveram as principais iniciativas (BATALHA, 2005).

Ainda de acordo com Batalha (2005, p.273), a criação dos selos de certificação ocorreu devido à “ausência de normas reguladoras que definam padrões de produção de orgânicos”, levando a iniciativa privada à criação de selos de certificação, emitidos por certificadoras, que estabelecem as normas e procedimentos básicos de cultivo, processamento e distribuição para que um produto possa ser considerado orgânico.

Para Nassar *apud* Batalha (2005, p.278), “a certificação é a definição de atributos de um produto, processo ou serviço e a garantia de que eles se enquadrem em normas pré-definidas”. Ele ressalta que se trata de uma ferramenta que oferece procedimentos e padrões básicos para as empresas gerenciarem o nível de qualidade de seus produtos e garantirem um conjunto de atributos.

No caso do produto orgânico, a certificação é a forma de controlar sua procedência e diferenciá-lo no momento da produção, se comparado ao convencional. Vale destacar que, apesar dos inúmeros benefícios da certificação e da necessidade desta no caso de ‘bens de crença’, como os orgânicos, os custos são

considerados altos por grande parte dos produtores. Segundo Fonseca (2001), o custo da certificação varia de 0,5% a 2,5% do valor da produção orgânica.

Entretanto, apesar de existirem alguns entraves na produção e comercialização de produtos orgânicos, a certificação é importante, pois “visa conquistar maior credibilidade dos consumidores e conferir maior transparência às práticas e aos princípios utilizados na produção orgânica” (CAMPANHOLA; VALARINI, 2001, p.75).

No Brasil, em 28 de dezembro de 2007, foi publicado o Decreto 6.323 regulamentando a Lei 10.831/2003, que institui normas a respeito da agricultura orgânica (CARDOSO, 2009). Com a edição deste decreto estabeleceu-se o sistema brasileiro de avaliação da conformidade orgânica, integrado por órgãos e entidades da Administração Pública federal e pelos organismos de avaliação de conformidade credenciados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

No entanto, não existe uma única forma para que essa garantia seja provada. São empregados, “basicamente, dois diferentes caminhos para a certificação de produtos orgânicos: uma primeira metodologia é a certificação auditada, ou a *Certificação por Auditoria*, e, a segunda, introduzida mais recentemente, é a *Certificação Participativa* ou os *Sistemas Participativos de Garantia da Qualidade Orgânica*” (BRANCHER, 2004, p.3).

A primeira, já consolidada mundialmente, utiliza uma terceira parte “isenta e de credibilidade entre produtores, comerciantes e consumidores que estabelece a garantia de que os produtos respeitaram procedimentos orgânicos até chegarem ao consumidor final” (BRANCHER, 2004, p.3).

Várias das organizações certificadoras por auditoragem de terceira parte possuem credibilidade internacional, sendo que a certificação por auditoragem é realizada geralmente por “entidades ou empresas que não estão envolvidas com a formação e assessoramento dos produtores, certificando produtos com destino a grandes empreendimentos ou ao exterior” (NEVES *apud* SCHIMAICHEL; RESENDE 2007, p.11).

Já a certificação participativa apresenta algumas características próprias, que a diferenciam da certificação por auditoragem. O primeiro diferencial a ser apresentado é a confiança, que faz parte do princípio segundo o qual agricultores, técnicos e consumidores desenvolvem suas ações de forma responsável e verdadeira com o objetivo de aprimorar a agroecologia (REDE DE AGROECOLOGIA ECOVIDA, 2004). Observa-se que, neste caso, as normas e princípios construídos são colocados em prática e fiscalizados pelos agricultores juntamente com técnicos na área e organizações, não ficando restritos apenas a técnicos altamente especializados. É de fundamental importância que a certificação participativa tenha ligação com a base, ou seja, “com os grupos e associações dos agricultores e com as organizações dos consumidores” (REDE DE AGROECOLOGIA ECOVIDA, 2004, p.10).

Buscando uma melhor compreensão dessa certificação, apresenta-se na seção seguinte uma breve explicação sobre a rede Ecovida, que dá origem ao núcleo estudado nesta pesquisa, o CAPA.

1.3.1 A Rede Ecovida

A rede Ecovida é formada por agricultores familiares, técnicos e consumidores reunidos em associações, cooperativas e grupos informais, que, juntamente com pequenas agroindústrias, comerciantes ecológicos e pessoas comprometidas com o desenvolvimento da agroecologia, têm como objetivos:

Desenvolver e multiplicar as iniciativas em agroecologia; estimular o trabalho associativo na produção e no consumo de produtos ecológicos; articular e disponibilizar informações entre as organizações e pessoas; aproximar, de forma solidária, agricultores e consumidores; estimular o intercâmbio, o resgate e a valorização do saber popular (REDE DE AGROECOLOGIA ECOVIDA, 2010, p.1.)

A missão da rede é “ser um espaço de articulação, interação e ação para potencializar o desenvolvimento da agroecologia, como parte da construção de um projeto de sociedade que contemple e respeite a realidade de cada povo” (ARL, 2007, p.14). Seus princípios estão ligados à recuperação e conservação da vida no planeta Terra, contribuindo na construção da sustentabilidade, tendo como base a agroecologia, atuando junto à agricultura familiar, camponesa e às famílias de trabalhadores urbanos, priorizando a relação direta com os consumidores e o abastecimento local e regional com perspectivas à segurança alimentar (ARL, 2007).

De acordo com a Rede de Agroecologia Ecovida (2010), a certificação participativa é um sistema solidário de geração de credibilidade, em que a elaboração e a verificação das normas de produção ecológica são realizadas com a participação efetiva de agricultores e consumidores, sendo que, para que de fato seja obtido o selo Ecovida é necessária uma série de procedimentos, os quais são desenvolvidos dentro dos núcleos regionais. O selo traz a inscrição ‘produto ecológico’, demonstrando que o produto possui qualidade orgânica, conforme a legislação, e o termo certificação participativa “informa que a avaliação de conformidade foi realizada através da responsabilização compartilhada e sob controle social” (ARL, 2007, p.28). O selo pode ser usado a partir do momento em que os produtos foram avaliados e aprovados pela conformidade participativa realizada pela rede.

A rede Ecovida conta com 21 núcleos regionais, abrangendo em torno de 170 municípios. Seu trabalho congrega, aproximadamente, 200 grupos de agricultores, 20 ONGs e 10 cooperativas de consumidores. Em toda a área de atuação da Ecovida são mais de 100 feiras livres ecológicas e outras formas de comercialização (REDE DE AGROECOLOGIA ECOVIDA, 2010).

A próxima seção trata do CAPA - Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, objeto deste estudo, um dos núcleos da região oeste do Paraná.

1.3.2 CAPA - Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor

O Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor é uma organização não governamental criada em 1978, que busca contribuir de forma decisiva para a prática

social e de serviço junto à agricultura familiar (CAPA, 2010). O trabalho do CAPA atende a agricultores familiares, agricultores assentados, quilombolas, indígenas e pescadores profissionais artesanais, organizados em grupos, associações comunitárias e cooperativas. Atua em diferentes regiões dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, através de cinco núcleos ligados em rede, sendo eles localizados nas cidades de Erechim (RS), Pelotas (RS), Santa Cruz (RS), Verê (PR) e Marechal Cândido Rondon (PR), sendo que “as equipes técnicas, formadas por profissionais das áreas da agricultura, saúde, administração e comunicação, prestam assessoria na organização social e política, na formação e na produção econômica das famílias beneficiadas” (CAPA, 2005, p.8).

Dentre os conceitos de referência do CAPA está a agroecologia – “O adjetivo agroecológico, ou agricultura ecológica, expressa com maior exatidão a opção de ter os princípios ecológicos como norteadores da ação” (CAPA, 2005, p.9), sendo que o objetivo final é tornar o sistema de produção 100% ecológico.

A ação do CAPA é orientada por uma visão holística, ou seja, integradora das diversas dimensões que promovem o bem-estar das pessoas: econômica, cultural, social, política, ambiental e espiritual. A visão holística requer uma intervenção multidisciplinar e, portanto, um programa de trabalho que incorpore não apenas o aspecto da produção agrícola, mas também temas como organização, agroindústria, gestão, comercialização, saúde, alimentação e formação. Tal visão requer que o trabalho seja desenvolvido com toda a família, envolvendo homens, mulheres, idosos e jovens, unidos aos valores humanísticos, como a justiça, a paz, o amor, a solidariedade e a equidade (CAPA, 2010).

Com relação aos seus objetivos, destaca-se o respeito à natureza, pela preocupação com a redução do uso de agrotóxicos, adubos químicos e sementes transgênicas e pela promoção do desenvolvimento de técnicas antitóxicas. Busca a união de todos, formando grupos, associações, cooperativas e parcerias que fortaleçam seu reconhecimento pela comunidade. A saúde é um fator fundamental, pois, segundo CAPA (2010), não existe qualidade de vida sem saúde. Prioriza ainda elementos como a renda, que retorna diretamente ao agricultor sem a mediação da figura do atravessador, que pode se beneficiar à custa do produtor. O CAPA tem como missão, também, buscar o desenvolvimento rural sustentável, que proporcione vida saudável e realização social e econômica, em que os protagonistas são agricultores familiares e comunidades tradicionais.

Como o presente estudo visa também analisar a configuração e a evolução do CAPA, no que tange ao núcleo de Marechal Cândido Rondon, no Estado do Paraná, será abordado mais especificamente este núcleo.

O núcleo do CAPA foi criado em 1997, influenciado pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), para atender à região Oeste do Estado do Paraná, abrangendo 14 municípios, trabalhando com agricultores familiares, assentados da reforma agrária e uma comunidade indígena. Além da participação neste importante acontecimento, “a IECLB tem marcas importantes na história da

região, tendo participado ativamente na luta dos agricultores pela valorização da sua produção e, mais tarde, junto com outras denominações, e apoiou o Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB)” (CAPA, 2010).

Oito anos antes da criação do CAPA já haviam sido criadas associações de agricultores que passaram a atuar na produção ecológica. Em 1992, um movimento interno da IECLB, a Pastoral Popular Luterana (PPL), reuniu grupos de agricultores, buscando novas alternativas de geração de renda (CAPA, 2010), movimento este que resultou na criação da Associação Central de Produtores Rurais Ecológicos (ACEMPRE). Em 2010 a ACEMPRE possuía cerca de 85 produtores associados, os quais têm a obrigatoriedade de ter acompanhamentos desenvolvidos pelos técnicos do CAPA. Tais técnicos prestam assessoria técnica nas áreas de horticultura, fruticultura, grãos orgânicos, aves caipiras, bovinocultura de leite, ervas medicinais e uso da homeopatia para animais e plantas (CAPA, 2010), e, como forma de contribuir na manutenção da associação, pagam uma taxa anual equivalente a 35 reais (SAAR, 2009).

O CAPA vem realizando, ainda, diversas parcerias com prefeituras, Emater/PR, apoiou a criação dos Laboratórios de Controle Biológico na Universidade do Oeste do Paraná (Unioeste) e realizou uma parceria com o Instituto Agrônômico do Paraná (IAPAR), em pesquisa referente à sustentabilidade em propriedades ecológicas (SAAR, 2009). Em 2003, o CAPA Rondon incrementou sua parceria com a Itaipu Binacional (CAPA, 2010) dentro do projeto Cultivando Água Boa, o que tem viabilizado a ampliação de sua área de atuação.

1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A metodologia empregada no estudo envolveu, num primeiro momento, uma pesquisa bibliográfica, tendo sido utilizados dados de artigos publicados, sites relacionados, jornais, panfletos e livros, priorizando-se as discussões relativas às características da agricultura familiar e orgânica e a certificação por redes de credibilidade.

Na sequência, visando fundamentar o objetivo central proposto, ou seja, compreender o funcionamento dessas redes participativas, optou-se pela utilização do método “estudo de caso”, a partir do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, na região oeste do Paraná, e o seu processo de certificação participativa.

A pesquisa foi descritiva, e, segundo Oliveira (1998), esse método possibilita o desenvolvimento de um nível de análise que identifica as diferentes formas dos fenômenos, ordenações e classificação. Este tipo de estudo permite explicar as relações de causa e efeito dos fenômenos, bem como possibilita aos pesquisadores a compreensão do comportamento dos diversos fatores e elementos que influenciam determinado caso ou segmento.

Para Fachin (1993), este método pode ser utilizado para o estudo e compreensão das relações dos fatores de cada caso, sem contar o número de casos envolvidos, podendo abranger grupos, subgrupos, indivíduos, empresas, instituições ou comunidades. Segundo Severino (2007), o caso escolhido para a pesquisa, quando se trata de um estudo de caso específico, deve ser significativo e bem representativo.

Para tanto, inicialmente foram realizadas entrevistas com o coordenador do CAPA - Núcleo Marechal Cândido Rondon e com as duas técnicas deste núcleo, engenheiras agrônomas. Tais entrevistas possibilitaram a compreensão sobre o funcionamento do CAPA, bem como algumas informações sobre os agricultores atendidos. Não foi possível precisar o número total de agricultores atendidos pelo CAPA, já que tais dados não foram disponibilizados. Entretanto, a partir de alguns nomes levantados e contatados, pôde-se realizar entrevistas com 25 produtores da região de Marechal e Quatro Pontes, integrantes deste núcleo. As entrevistas eram estruturadas e visavam, de forma geral, caracterizar o perfil socioeconômico dos produtores e das propriedades, identificar as razões que levaram tais produtores à prática da produção orgânica, características desta produção, vantagens e desvantagens, canais e estrutura de comercialização, características do processo de certificação da rede em estudo (CAPA) e conhecimento do mercado consumidor.

Finalmente, os dados foram analisados de forma a compreender o *modus operandi* do CAPA, dos envolvidos nesta rede e das especificidades que se depreendem da certificação dos produtos orgânicos. A seguir têm-se os principais resultados encontrados.

2 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os resultados em análise são oriundos de pesquisa de campo realizada através de entrevistas junto aos agricultores rurais orgânicos na área de atuação do CAPA, principalmente nos municípios de Marechal Cândido Rondon e Quatro Pontes. As entrevistas foram realizadas diretamente com os produtores e, também, por meio do telefone, tendo os entrevistados demonstrado confiança e interesse para responder às questões.

Do total da amostra avaliada, 66% dos agricultores encontram-se na faixa etária entre 40 e 60 anos, e o restante na faixa de mais de 60 anos. No que se refere à escolaridade, 35% dos entrevistados afirmaram ter, no máximo, 4 anos de estudo, 58% de 5 a 11 anos, e apenas uma pessoa declarou-se pós-graduada, tendo optado pelo cultivo de orgânicos por ser aposentada e ter interesse nesta modalidade de produção; sua propriedade destaca-se no ramo, e, futuramente, ele tem interesse de atuar na área de turismo rural.

Observa-se, com relação à escolaridade, que os agricultores são mais instruídos do que a base nacional apresentada pelo Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2007), em que 39% são apontados como analfabetos, ou sabem ler e escrever porém nunca frequentaram a escola; 43% dos produtores não têm sequer o ensino fundamental completo, ou seja, mais de 80% de produtores rurais possuem baixa escolaridade. Já os índices apresentados pelos demais níveis de ensino são: 8% dos produtores com ensino fundamental completo, 7% para técnico agrícola ou nível médio concluído, e 3% dos entrevistados possuem nível superior. Entretanto, apesar da média de escolaridade ser maior na amostra avaliada, ela ainda pode ser considerada baixa, o

que pode estar associado ao fato de que a maior parte da amostra está entre 40 e 60 anos, faixa que teve maior dificuldade em acessar o ensino na região oeste do Paraná. Grande parte destes agricultores sempre atuou na atividade agrícola, vivendo em áreas rurais, com menor acesso às escolas. Destaca-se ainda o pouco envolvimento dos jovens nesta atividade, o que vem ao encontro de diversos estudos feitos por pesquisadores da área que alertam para o êxodo da população jovem do campo.

Dentre os entrevistados, verificou-se que os agricultores que de fato atuam com o CAPA desde a sua fundação, no ano de 1997, representam 22% do total; 34% estão entre 5 e 10 anos com esta parceria; 10% encontram-se em fase de conversão; e 25% estão há menos de 2 anos no Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor.

Com relação ao tamanho das famílias, a maioria delas possui até seis pessoas em casa, e no máximo cinco filhos. Destes, apenas um agricultor possui todos os membros da família empregados na propriedade, sendo que a maioria se encontra com três a quatro pessoas na casa. Já com relação aos agricultores que se utilizam de mão de obra terceirizada, 75% dos analisados trabalham por conta própria e apenas 25% possuem entre um e dois colaboradores diretos. A situação legal da propriedade mostrou que todos estão inseridos na modalidade de agricultores familiares, em que 99% dos entrevistados são proprietários e apenas 1% possui a propriedade alugada e em período de conversão. Destes, 55% dos agricultores possuem área total entre 10.000 m² e 50.000 m²; 22% mostram-se inseridos em propriedades com área total entre 50.000 m² e 100.000 m², e os demais possuem áreas inferiores a 10.000 metros quadrados.

Com relação à área destinada à produção de orgânicos, os que apresentaram maior área total ocupam em torno de 10.000 m² a 50.000 m², e os de menor escala até 5.000 m². Isto demonstra que os produtores inseridos nesta modalidade de produção são de médio porte, sendo que os pequenos proprietários rurais ocupam toda a área para o cultivo de orgânicos.

O principal motivo apontado pelos produtores para entrar no sistema orgânico foi o fato de se tratar de uma forma de produção mais saudável, citado por 90% dos agricultores entrevistados, seguido pela melhoria da qualidade de vida, com 50% da amostra, e por ser uma forma de produção com maior valor agregado, motivo apresentado por 44% dos produtores. Ainda, 35% dos produtores mencionaram o baixo investimento como um fator fundamental, bem como por se tratar de uma nova opção de se inserir no mercado. Finalmente, o item conservação e preservação do meio ambiente foi apontado por 20% da população entrevistada.

Com relação às principais vantagens encontradas comparativamente ao cultivo convencional, destaca-se a ausência de agrotóxicos, mencionada por 78% das pessoas, a agregação de valor ao produto cultivado (55%), a possibilidade de produzir na pequena propriedade com a utilização de mão de obra própria ou familiar (34%), a maior lucratividade (23%), e, a partir de programas do CAPA, a possibilidade de ter sua própria semente e, desta forma, não depender de insumos externos, o que foi destacado por 12% dos entrevistados.

Dentre as principais dificuldades incorridas no processo, destaca-se a falta de apoio financeiro e governamental, seguida pela baixa escala de produção. Outra dificuldade mencionada por grande parte dos produtores foi a falta de respeito por parte dos vizinhos perante os agricultores orgânicos em razão da deriva, processo que ocorre durante a aplicação de agrotóxicos nas propriedades vizinhas, principalmente quando há vento, espalhando-o e, desta forma, prejudicando a conversão do solo para o orgânico. A pequena demanda pelos produtos, devido à assimetria de informação da população acerca dos benefícios dos produtos, bem como a falta de apoio técnico e de mão de obra também foram destacadas como empecilhos pelos agricultores, pois esta forma de cultivo implica um contínuo aprendizado dos produtores acerca de novas técnicas e formas de produção.

Quanto à diversificação da produção, observou-se que a maioria dos produtores inseridos no cultivo de orgânicos não atua apenas na produção de hortaliças, por se tratar de uma cultura sazonal e não apresentar uma regularidade de oferta. Assim, buscam alternativas aos produtos orgânicos, como é o caso do leite, frutas, carnes, geleias, ovos, milho, mel, nata, dentre outras. No presente estudo, 50% das famílias diversificam a produção, 42% atuam apenas no ramo de hortaliças orgânicas, e uma pequena parcela (8%) trabalha no cultivo de frutas orgânicas.

A decisão sobre a área a ser plantada fica a critério do produtor, porém é o CAPA que há dez anos atua juntamente com o agricultor fazendo o planejamento semestral do que será plantado e da área destinada a cada cultura. Do total de entrevistados, 55% possuíam certificação através da rede de agroecologia ECOVIDA; 35% já possuíam certificação, mas por questões burocráticas deixaram de fazê-lo, e 10% estão em fase de conversão. Dentre os que possuem produtos certificados, estes estão em média há 5 anos trabalhando com o selo, sendo que o agricultor mais antigo e primeiro a aderir à certificação no oeste paranaense foi o senhor Herbert Bier, que tem oito anos de experiência com o selo e defende que a certificação é uma nova alternativa de diferenciação de produtos na região.

Com relação aos motivos que levaram os entrevistados a participar desta rede – o CAPA –, primeiramente destacou-se a facilidade e melhoria na assistência técnica. Na sequência, foram mencionados a facilidade em certificar o produto e o fato de ser um meio de obter novos conhecimentos e facilitar a entrada em novos mercados consumidores.

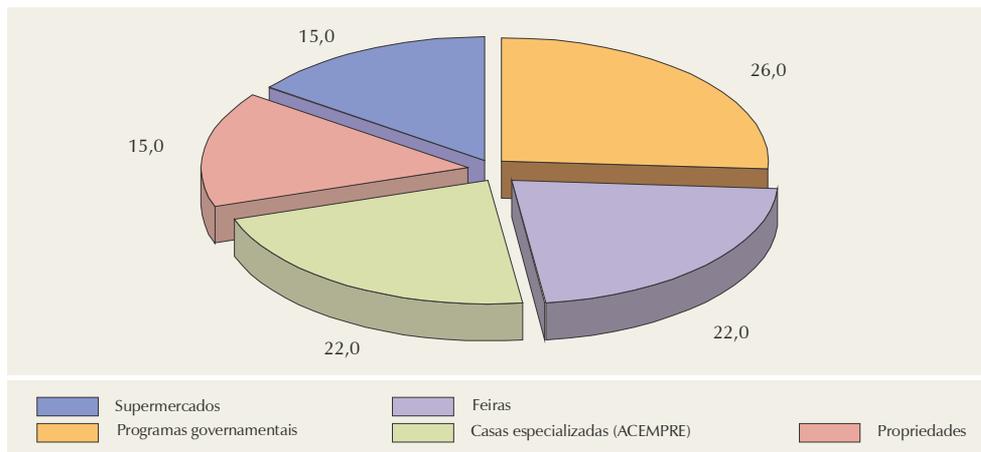
Todos os entrevistados mencionaram ter tido alguma evolução na produção e na propriedade após a integração com o CAPA, principalmente melhoria na qualidade de vida e saúde. Destaca-se, ainda, a importância da assistência técnica, antes escassa, o aumento da produção com menores custos, a melhor divulgação e reconhecimento dos produtos perante os demais órgãos da sociedade e a população consumidora em geral, a melhoria na renda e, ainda, o aumento das exigências nas técnicas de produção.

Outro ponto que chamou a atenção nas entrevistas foi o destaque dado pelos agricultores para a “conversão psicológica”. Segundo eles, a conversão da produção convencional para a orgânica ocorre a partir do momento em que o indivíduo está

disposto a mudar sua vida, entendendo que, mesmo diante de uma infestação, por exemplo, de alguma praga, que pode devastar sua lavoura, o princípio de não utilizar pesticidas deve prevalecer, mesmo que isto signifique grande perda econômica. De acordo com os entrevistados, uma pequena parcela iniciou suas atividades por conta própria, mas as palestras e divulgação feitas pelo CAPA também tiveram grande influência junto aos entrevistados. Alguns comentaram também que passaram a cultivar orgânicos devido ao apoio das prefeituras, que disponibilizaram assistência técnica e treinamentos na área, e outros, ainda, se convenceram a fazer a conversão a partir da influência de vizinhos que já atuavam no ramo e comprovaram que a diferenciação valia a pena no momento de comercializar seus produtos.

O principal ponto de comercialização, de acordo com o gráfico 2, é na própria propriedade, onde muitos consumidores buscam degustar algo diferente e fresco no local onde é produzido. Na sequência, são apontadas as feiras, juntamente com as casas especializadas, no caso a ACEMPRE - Associação Central dos Produtores Rurais Ecológicos, que faz a transação entre produtor e consumidor, sendo um local de referência para se conseguir os produtos ecológicos. Observa-se que a ACEMPRE é uma experiência singular na Região Oeste do Paraná, tendo sido criada em 1992, em parceria com outras organizações, e coordena o planejamento e programação da produção de hortaliças, atuando também na comercialização conjunta destes produtos junto aos canais de distribuição. Também os supermercados têm ampliado a inserção destes produtos, sendo apontados como um ponto forte de venda, além dos programas governamentais, pela aquisição de produtos para merenda escolar.

GRÁFICO 2 - FORMAS DE COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS ORGÂNICOS



FONTE: Dados da pesquisa

As entrevistas permitiram observar também que os fornecedores de alimentos orgânicos mostraram-se informados quanto ao preço final do seu produto nas gôndolas. Em sua maioria, eles possuem contratos formalizados (60%), sendo que 90% destes estão há mais de quatro anos trabalhando através da formalização

contratual. O contrato foi apontado como uma alternativa interessante, embora muitos deles tenham afirmado que, algumas vezes, a burocracia dos contratos, por vezes governamental e mesmo por parte da legislação, torna-se um problema.

A negociação direta entre o produtor e o consumidor tem sido a principal forma de comercialização encontrada pelos agricultores orgânicos, sendo que 40% vendem diretamente ao consumidor, sem intermediários; 35% deles, além de negociarem diretamente com o demandante, vendem também a intermediários; e 25% comercializam somente com intermediários. As dificuldades encontradas pelos agricultores no momento da comercialização estão associadas principalmente à falta de conhecimento, por parte da população, dos benefícios do produto orgânico, o que acaba causando um segundo problema: a irregularidade nas vendas, causando prejuízo ao produtor por se tratar de produtos perecíveis. Os entrevistados destacaram ainda a pouca aceitação dos produtos devido aos preços mais elevados e à falta de divulgação. Apenas um dos entrevistados comentou não possuir dificuldades, por se tratar de uma prática que já vem de longa data. A aceitação dos produtos pelos consumidores foi apontada como boa para 88% dos produtores, sendo que para 22% deles ela é considerada excelente ou muito boa.

Quanto à lucratividade, esta não tem demonstrado ser totalmente satisfatória, pois 70% dos entrevistados afirmaram ser regular ou boa, e apenas 30% consideram a lucratividade excelente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu verificar que a agricultura orgânica tornou-se uma prática que transforma a vida das pessoas envolvidas, pois, para que ocorra a conversão do cultivo tradicional para o orgânico, deve ocorrer, inicialmente, uma mudança comportamental, estimulada através de reuniões, encontros e trocas de experiências. Observa-se que a qualidade de vida, saúde e alimentação tem sido um dos principais fatores que levaram as pessoas a adotarem este novo comportamento, na área de abrangência do CAPA, especificamente na Vila Rural em Marechal Cândido Rondon. Esta modalidade de cultivo foi adotada pelas famílias pelo fato de produzirem em pequena escala e diversificarem os alimentos, sendo que sua prioridade é o abastecimento da família e a melhoria da sua alimentação.

Embora este artigo tenha se centrado especificamente no cultivo de hortícolas orgânicas, constatou-se que muitos produtores diversificam sua produção, alguns por possuírem estrutura de fabricação de alguns produtos, no caso do leite, mel, geleias, carne, mas sobretudo pela sazonalidade das culturas, já que algumas podem ser produzidas somente em determinado período do ano e, para que este quadro fosse revertido, seriam necessárias novas tecnologias, as quais ainda não estão ao alcance dos produtores.

Observou-se, também, que apesar de os agricultores familiares apresentarem uma evolução, nos últimos anos, com relação ao acesso ao crédito, este ainda representa um dificultador para muitas famílias rurais. O receio de contrair dívidas e a falta de

planejamento da produção e da comercialização muitas vezes suplantam o interesse dos agricultores pelos planos disponibilizados pelo governo federal.

Quanto ao selo de certificação, verificou-se que embora vários dos entrevistados o possuam, uma vez que o processo tem sido facilitado pelo CAPA, alguns deixaram de utilizá-lo por questões burocráticas, dificultando o seu reconhecimento, mesmo mantendo o acompanhamento das práticas orgânicas pelo técnico do CAPA.

Assim, é importante pontuar alguns aspectos na discussão da produção orgânica e da agricultura familiar. Embora a conversão seja apresentada como uma importante forma de diferenciar a produção e aumentar a rentabilidade do pequeno produtor, é preciso avaliar as reais condições das unidades familiares para efetuarem esta conversão. A produção orgânica é intensiva em mão de obra, muito mais que a produção convencional. Se por um lado isto é interessante, pois auxilia a retenção da população no campo, constitui, hoje, um dos grandes gargalos. Como se observou na pesquisa, a idade média do produtor familiar está aumentando, e muitos deles não conseguem estimular seus filhos e netos a permanecerem no campo, dada a baixa rentabilidade e a própria natureza da atividade.

Outro aspecto a ser discutido diz respeito à agregação de valor dos produtos orgânicos. Às vezes o produtor recebe mais pelo produto, porém o que ele gasta para produzi-lo corresponde a um volume maior, já que envolve, por exemplo, mais mão de obra e assistência técnica. Muitas vezes são os intermediários que acabam se apropriando da renda gerada, principalmente quando o produtor tem uma escala de produção muito pequena e encontra dificuldades em comercializar sua produção. Nestes casos, as redes de cooperação aparecem como uma alternativa para os pequenos produtores, já que possibilitam uma escala maior, maior troca de conhecimento, assistência técnica, dentre outras vantagens. O CAPA tem, assim, um papel extremamente relevante, já que auxilia o produtor na estruturação da produção. Entretanto, o produtor precisa articular melhor sua estrutura de comercialização, o que já vem sendo feito através da ACEMPRE.

Como diversos entrevistados alertaram para a dificuldade do consumidor em diferenciar um produto orgânico de um produto convencional – esta foi, inclusive, a causa de alguns produtores deixarem de se preocupar com o selo, já que sua obtenção dá muito mais trabalho e não oferece o retorno esperado –, talvez esta conscientização e a busca por canais especializados represente mais um papel a ser absorvido pelas redes, seja na forma de associações ou cooperativas.

Finalmente, o crescimento da demanda pelos produtos orgânicos justifica o interesse em discutir esta cadeia produtiva, por se acreditar que este possa ser um novo caminho do desenvolvimento sustentável socioeconômico para a agricultura familiar da região. Tal iniciativa poderia estimular a sustentabilidade da agricultura familiar, não apenas no que tange a uma sobrevivência digna do produtor e sua família, associada à preservação do meio ambiente, mas também ao atendimento das demandas da população por produtos mais saudáveis, com qualidade diferenciada.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, M.; NICHOLLS, C. I. Agroecologia: resgatando a agricultura orgânica a partir de um modelo industrial de produção e distribuição. **Ciência & Ambiente**, Santa Maria: UFSM, v.14, n.27, p.141-152, jul./dez. 2003.
- ARL, V. **Caderno de Formação 01**. Rede Ecovida de Agroecologia, 2007.
- AUGUSTO, C. A.; SACHUK, M. I. Competitividade da agricultura orgânica no estado do Paraná. **Caderno de Administração**, Maringá: UEM, v.15, n.2, p.9-18, jul./dez. 2007.
- BATALHA, M. O. **Gestão do agronegócio**: textos selecionados. São Carlos: EdUFSCar, 2005.
- BRANCHER, P. C. As faces da certificação de produtos orgânicos no Brasil: o caso do mercado da Região Metropolitana de Curitiba – PR. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 42., 2004, Cuiabá. **Anais...** Cuiabá: SOBER: UFMT, 2004.
- BRASIL. Lei n.º 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 dez. 2003. Seção 1, p.8.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **PRÓ-ORGÂNICO**, 2006. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/>>. Acesso em: 17 nov. 2009.
- CAMPANHOLA, C.; VALARINI, J. P. Agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno agricultor. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília: EMBRAPA, v.18, n.3, p.69-101, set./dez. 2001.
- CAPA - CENTRO DE APOIO AO PEQUENO AGRICULTOR. **A prática agroecológica no Capa**. Porto Alegre: Capa, 2005.
- CAPA - CENTRO DE APOIO AO PEQUENO AGRICULTOR. **Núcleo Marechal Cândido Rondon**, 2010. Disponível em: <http://www.capa.org.br/site/content/nucleos/index.php?nucleo_id=6>. Acesso em: 14 abr. 2010.
- CARDOSO, A. G. A regulação dos produtos orgânicos. **Informativo Justen, Pereira, Oliveira e Talamini**, Curitiba, n. 24, fev. 2009. Disponível em: <<http://www.justen.com.br/informativo.php?&informativo=24&l=pt>>. Acesso em: 10 fev. 2010.
- FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. São Paulo: Atlas, 1993.
- FARINA, E. M. M. Q.; MACHADO, E. L. Regulamentação governamental e estratégias de negócio no mercado brasileiro de frutas e legumes frescos. In: BELIK, W.; MALUF, R. S. **Abastecimento e segurança alimentar**: os limites da liberalização. Campinas: IE/Unicamp, 2000. p.161-181.
- FONSECA, M. F de A. C e. **A certificação de alimentos orgânicos no Brasil**, 2001. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/trabfern2.htm>>. Acesso em: 15 ago. 2011.

GUANZIROLI, C. E. et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/agropecuario.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2009.

MELLO, S. Produtos certificados conquistam espaço dentro e fora do país. **Problemas Brasileiros**, São Paulo: SESC : SENAC, n.364, p.12-15, jul./ago. 2004. Disponível em: <http://www.sescsp.org.br/sesc/revistas_sesc/pb/artigo.cfm?Edicao_Id=188>. Acesso em: 09 nov. 2009.

NAZARENO, L. R. de; CINTRA, A. P. de U.; BANZOTTI, A. Famílias agrícolas paranaenses: um estudo exploratório a partir da PNAD. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47., 2009. Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: SOBER/UFRGS.

OLIVEIRA, S. L. de. **Tratado de metodologia científica**: projeto de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertação e teses. São Paulo: Pioneira, 1998.

REDE DE AGROECOLOGIA ECOVIDA. **Caderno de Formação**: certificação participativa de produtos ecológicos. Florianópolis: Rede de Agroecologia Ecovida, 2004.

REDE DE AGROECOLOGIA ECOVIDA. **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.ecovidaorg.br/?sc=SA002&stp=STP0002>>. Acesso em: 02 set. 2010.

SAAR, V. **Entrevista concedida a Andreisse Biesdorf**. Marechal Cândido Rondon, ago.2009.

SEVERINO, J. S. **Metodologia do trabalho científico**. 23.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SCHIMAICHEL, G. L; RESENDE, J. T. V. de. A importância da certificação de produtos orgânicos no mercado internacional. **Revista Eletrônica Lato Sensu**, Guarapuava: UNICENTRO, ano 2, n.1, jul. 2007. Disponível em: <http://web03.unicentro.br/especializacao/Revista_Pos/P%C3%A1ginas/2%20Edi%C3%A7%C3%A3o/Agrarias/PDF/1-Ed2_CA-Importa.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2009.

SILVEIRA, P. R. C. da. Conflitos e desafios na comercialização de produtos orgânicos nas grandes redes de supermercados: o caso dos processados orgânicos no Rio Grande do Sul. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47., 2009, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: SOBER/ UFRGS.

SOUZA FILHO, H. M. de.; BATALHA, M. O. (Org.). **Gestão integrada da agricultura familiar**. São Carlos: EdUFSCar, 2005.

WILKINSON, J. **Mercado, redes e valores**: o novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: Ed. da UFRGS/Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

WILLER, H; KILCHER, L. (Ed.). **The world of organic agriculture**: statistics and emerging trends 2011. Bonn: IFOAM & FiBL, Frick, 2011.